

- 3 — Quota Mensal
- 3.1 — Farmacêuticos
- 3.1.1 — Até 2 anos (inclusive) após a conclusão do grau académico que habilita a inscrição: 11,64
- 3.1.2 — Outros casos: 17,07
- 3.1.3 — Até 2 anos (inclusive) após a conclusão do grau académico que habilita a inscrição, quando efetuado o pagamento anual até ao dia 2 de fevereiro do ano a que as quotas respeitarem: 11,06
- 3.1.4 — Outros casos, quando efetuado o pagamento anual até ao dia 2 de fevereiro do ano a que as quotas respeitarem: 16,22
- 3.2 — Estudantes: sem custo
- 3.3 — Coletivos: 50,00
- 3.4 — Sociedade de Profissionais: 100,00
- 4 — Documentação de identificação profissional
- 4.1 — Carteira profissional
- 4.1.1 — Emissão regular: sem custo
- 4.1.2 — Emissão extraordinária (atribuição de novo título de especialista ou transferência de secção regional): sem custo
- 4.1.3 — Emissão de 2.ª via: 25,00
- 4.2 — Emissão de cartão de identificação com fotografia: 6,00
- 5 — Certificados e Declarações
- 5.1 — Certificados
- 5.1.1 — Certificado de Competência Farmacêutica:
- 5.1.1.1 — Emissão regular: 5,00
- 5.1.1.2 — Emissão de 2.ª via: 5,00
- 5.2 — Declarações
- 5.2.1 — Declaração de Conformidade de Registo na Ordem dos Farmacêuticos de Portugal: sem custo
- 5.2.2 — Declaração de Conformidade de Registo de Farmacêutico Especialista na Ordem dos Farmacêuticos de Portugal: sem custo
- 5.2.3 — Declaração de IRS: sem custo
- 6 — Especialidades
- 6.1 — Candidaturas ao título de especialista
- 6.1.1 — Análises Clínicas/Genética Humana: 200,00
- 6.1.2 — Assuntos Regulamentares/Farmácia Comunitária/Farmácia Hospitalar/Indústria Farmacêutica/: 135,00
- 6.2 — Emissão de título de especialista: 190,00
- 7 — Atribuição de Créditos de Desenvolvimento Profissional
- 7.1 — Requisitado por farmacêuticos
- 7.1.1 — Ações previstas na tabela do Regulamento Interno de Qualificação da Ordem dos Farmacêuticos: sem custo
- 7.2 — Requisitado por entidades formadoras
- 7.2.1 — Ação de formação até 50 participantes: 100,00
- 7.2.2 — Ação de formação para mais de 50 participantes: 150,00
- 7.2.3 — Congresso ou Jornadas Nacionais ou Internacionais: 350,00
- 8 — Centro de Documentação Farmacêutica (CDF)
- 8.1 — Reprodução de documentos
- 8.1.1 — Até 10 imagens, preço por imagem: 1,50
- 8.1.2 — De 11 a 50 imagens, preço por imagem: 1,25
- 8.1.3 — De 51 a 100 imagens, preço por imagem: 1,00
- 8.1.4 — Mais de 100 de imagens, preço por imagem: 0,75
- 8.2 — Reprodução da Hemeroteca Digital e Farmacopeias Impressas
- 8.2.1 — Até 10 imagens, preço por imagem: 2,00
- 8.2.2 — De 11 a 50 imagens, preço por imagem: 1,50
- 8.2.3 — De 51 a 100 imagens, preço por imagem: 1,25
- 8.2.4 — Mais de 100 imagens, preço por imagem: 1,00
- 8.3 — Suportes
- 8.3.1 — DVD, unidade: 0,80
- 8.3.2 — Folha A4 — escala cinza, unidade: 0,10
- 8.3.3 — Folha A4 — a cores, unidade: 0,20
- 8.3.4 — Folha A3 — escala cinza, unidade: 0,25
- 8.3.5 — Folha A3 — a cores, unidade: 0,35
- 8.4 — Bibliografia recente
- 8.4.1 — Fotocópia A4 — escala cinza, unidade: 0,10
- 8.4.2 — Fotocópia A4 — a cores, unidade: 0,20
- 8.4.3 — Fotocópia A3 — escala cinza, unidade: 0,30
- 8.4.4 — Fotocópia A3 — a cores, unidade: 0,40
- 8.5 — Pesquisas efetuadas pelos serviços do CDF
- 8.5.1 — Listagens de sócios, por registo: 5,00
- 8.5.2 — Pesquisas na Hemeroteca Digital, por hora: 15,00
- 8.5.3 — Outras pesquisas, por hora: 20,00
- 8.6 — Transcrição de documentos efetuada pelos serviços do CDF, por hora: 20,00

Anexo atualizado a 10-05-2018.

311588147

## UNIVERSIDADE ABERTA

### Despacho n.º 8335/2018

Por despacho reitoral de 24 de abril de 2018, foi à Doutora Luísa Margarida Cagica Carvalho, professora auxiliar, com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, em período experimental, nesta Universidade, mantido o contrato por tempo indeterminado, findo o período experimental, com efeitos a partir de 1 de setembro de 2018.

### Relatório a que se refere o artigo 25.º, n.º 1, alínea a) do Estatuto da Carreira Docente Universitária, publicado em anexo à Lei n.º 205/2009, de 31 de agosto

Considerando a atividade científica e pedagógica desenvolvida no quinquénio de 2013 a 2018, descrita no relatório apresentado pela Doutora Luísa Margarida Cagica Carvalho, Professora Auxiliar da Universidade Aberta na modalidade de contrato por tempo indeterminado em período experimental, e tendo sido ponderados os pareceres circunstanciados e fundamentados acerca do referido relatório, elaborados e subscritos pelo Doutor Soumodip Sarkar, Professor Catedrático, Departamento de Gestão, Universidade de Évora e Doutor António Maria Palma dos Reis, Professor Catedrático, Departamento de Gestão, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade de Lisboa, os professores catedráticos, associados e auxiliares com contrato por tempo indeterminado pertencentes ao Conselho Científico, na reunião de 28 de março de 2018 deliberaram, por unanimidade, a favor da proposta de contratação da Doutora Luísa Margarida Cagica Carvalho, por tempo indeterminado, findo o período experimental de cinco anos.

Lisboa, 18 de abril de 2018, Doutor Adérito Fernandes Marcos, Presidente do Conselho Científico, Professor Catedrático. (Isento de Visto do T. C.)

24 de abril de 2018. — O Reitor, *Paulo Maria Bastos da Silva Dias*.  
311588017

## UNIVERSIDADE DE AVEIRO

### Despacho n.º 8336/2018

#### Competências dos Adjuntos do Administrador

As especificidades desta Universidade, designadamente no que respeita à sua estruturação básica e à atual organização dos Serviços de apoio às múltiplas funções e áreas de intervenção, com gestão unitária e concentrada em muitas das vertentes, condicionantes agravadas pela cada vez mais significativa dimensão em recursos humanos e volume de recursos financeiros envolvidos, torna imperiosa a utilização dos mecanismos de desconcentração e flexibilização legal e estatutariamente disponíveis, designadamente no que respeita à execução de tarefas implicadas nas atividades de gestão ordinária que, pela sua padronização e recorrência, justificam e impõem a desconcentração de poderes. Daí, ouvidos os Senhores Adjuntos e obtida a anuência do Ex.mo Senhor Reitor, a presente delegação/subdelegação de poderes, aproveitando-se para proceder à definição formal de quem deve exercer as funções de Administrador, na sua ausência, falta ou impedimento.

Assim:

1 — O exercício das respetivas funções em regime de suplência, na ausência, falta ou impedimento do Administrador, nos termos conjugados do artigo 42.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA) e do n.º 6 do artigo 3.º do Regulamento Orgânico dos Serviços da Universidade de Aveiro, cabe, pela ordem da sua nomeação nessa qualidade e sucessivamente, à Adjunta do Administrador Dr.ª Ana Rita Morais e ao Adjunto do Administrador Dr. António Flor Agostinho;

2 — Ao abrigo do disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, e nos artigos 44.º e seguintes do CPA, designadamente atento o disposto no n.º 3 do artigo 44.º, delego nos Adjuntos do Administrador poderes para a prática de atos de administração ordinária e para a prática de todos os atos e operações materiais em execução de atos praticados pelo ou no uso de competências delegadas e ou subdelegadas pelo Administrador, assim como a assinatura de todos os documentos a eles respeitantes;

3 — Ao abrigo do disposto nos artigos 44.º e seguintes do CPA e no uso da autorização concedida pelo n.º 2 do Despacho n.º 34-REIT/2018, subdelego nos Adjuntos do Administrador supramencionados, os poderes

que me foram delegados pelo Ex.mo Reitor conforme Despacho referido, nos termos a seguir consignados:

*a) Atos de gestão geral:*

*i) Autorizar a passagem de certidões e declarações, exceto em matéria confidencial ou reservada, bem como a restituição de documentos aos interessados;*

*ii) Enviar, subcrevendo as respetivas ordens de publicação, para inserção no *Diário da República* e no Jornal Oficial da União Europeia dos atos de eficácia externa e demais atos e documentos que neles devam ser publicados, nos termos legais;*

*b) Atos de gestão de recursos humanos em relação ao pessoal técnico, administrativo e de gestão:*

*i) Autorizar a atribuição dos abonos e regalias a que os trabalhadores tenham direito, designadamente os relativos ao sistema retributivo, prestações complementares e subsídios familiares;*

*ii) Autorizar os benefícios decorrentes da proteção na parentalidade, nos termos legais;*

*iii) Requerer a verificação domiciliária da doença, oficiosamente ou por solicitação dos dirigentes das diversas unidades, nos termos legais;*

*iv) Autorizar os trabalhadores a comparecerem em juízo, quando requisitados, nos termos da lei de processo;*

*v) Promover o controlo de assiduidade, instituindo e divulgando os mecanismos previstos na lei, tendo em conta as especificidades próprias de cada tipologia de carreira;*

*vi) Justificar ou injustificar faltas, conceder licenças sem remuneração, com exceção da licença sem remuneração de longa duração, e autorizar o regresso à atividade;*

*vii) Determinar e autorizar a fixação dos regimes de prestação de trabalho e a fixação dos horários mais adequados, bem como o estabelecimento de horários específicos, nos termos legais;*

*viii) Autorizar a prestação de trabalho extraordinário, noturno, em dias de descanso semanal, descanso complementar e feriados, nos termos legais;*

*ix) Autorizar os benefícios dos direitos reconhecidos no âmbito do regime jurídico do trabalhador-estudante;*

*x) Autorizar a inscrição e participação de trabalhadores em congressos, reuniões, seminários, colóquios, cursos de formação, jornadas e outras atividades semelhantes levadas a efeito no país, bem como, sendo caso disso, os respetivos custos de inscrição;*

*xi) Autorizar as deslocações em serviço oficial, no país ou no estrangeiro, e o processamento das ajudas de custo e outras despesas inerentes;*

*c) Atos de gestão orçamental e de realização de despesas:*

*i) Autorizar a realização de despesas até ao limite de 30.000 €, cumpridos os pressupostos e regras legais;*

*ii) Celebrar contratos de locação de bens móveis, aquisição de bens móveis, aquisição de serviços e de empreitadas de obras públicas, em representação da Universidade, até ao limite de 30.000 €;*

*iii) Autorizar, por motivo de serviço, justificada a necessidade ou conveniência do mesmo, a condução de viaturas, afetas à Universidade, por trabalhadores da mesma, nos termos da legislação aplicável;*

*iv) Determinar o abate de bens do imobilizado corpóreo, obsoletos ou inutilizados e integralmente amortizados, e, no âmbito do orçamento da Universidade, transferências entre rubricas de classificação económica de despesas correntes e de despesas de capital;*

*v) Autorizar, nos termos legais e regulamentares aplicáveis, o processamento de despesas cujas faturas, por motivo fundamentado e ponderoso, tenham entrado nos serviços fora do prazo legal ou regulamentar;*

*d) Atos de gestão de instalações e equipamentos:*

*i) Superintender na utilização racional das instalações afetas aos Serviços, bem como na sua manutenção e conservação e beneficiação;*

*ii) Gerir de forma eficaz e eficiente a utilização, manutenção e conservação dos equipamentos afetos aos Serviços.*

4 — Os poderes objeto de delegação ou subdelegação conforme n.ºs 2 e 3 antecedentes podem ser exercidos conjunta ou individualmente, devendo, neste último caso, cada um dos ora Delegados ou Subdelegados atender preferencialmente às áreas que lhe estão especificamente atribuídas conforme Despacho n.º 2-ADM, de 29 de maio;

5 — Em complemento do Despacho n.º 2-ADM antes referenciado, fica cometida à Adjunta Dr.ª Rita Morais a supervisão, em conjunto com o Administrador, da atividade desenvolvida no âmbito do núcleo de apoio jurídico agora afeto à Administração e fica atribuída ao Adjunto Dr. António Agostinho a função de articulação entre a Administração e a Direção dos Serviços de Gestão Técnica Logística no que respeita

à área da contratação, delegando-lhes em cada caso as competências próprias e ou delegadas que nesses âmbitos detenho;

6 — As delegações e subdelegações constantes do presente Despacho entendem-se sem prejuízo das competências próprias dos demais titulares de cargos dirigentes, de chefia ou de coordenação, designadamente as constantes do Anexo II ao Regulamento Orgânico dos Serviços da Universidade de Aveiro.

Divulgue-se internamente nos moldes habituais e promova-se a publicação no *Diário da República*.

5 de julho de 2018. — O Administrador, *Jorge Baptista Lopes*.

311595737

## UNIVERSIDADE DE LISBOA

### Reitoria

#### Despacho n.º 8337/2018

Ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 35.º a 41.º do Código do Procedimento Administrativo, do n.º 4 do artigo 92.º, do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES), aprovado pela Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, do n.º 1 do artigo 28.º, da alínea e) do n.º 1 do artigo 26.º dos Estatutos da Universidade de Lisboa (ULisboa), homologados pelo Despacho Normativo n.º 1-A/2016, de 1 de março, publicados no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 42, de 1 de março,

Delego, com faculdade de subdelegação, nos seguintes Presidentes e Diretores, a competência para, relativamente ao ano letivo 2018/2019, fixar os prazos em que devem ser praticados os atos a que se refere o Decreto-Lei n.º 113/2014, de 16 de julho, diploma legal que regula os concursos especiais de acesso e ingresso no ensino superior, bem como a Portaria n.º 181-D/2015, de 19 de junho, diploma legal que regula os regimes de reingresso e de mudança de par instituição/curso no ensino superior:

Professor Doutor João Pardal Monteiro, Presidente da Faculdade de Arquitetura;

Professor Doutor Vítor dos Reis, Presidente da Faculdade de Belas-Artes;

Professor Doutor Luís Manuel Pinto da Rocha Afonso Carriço, Diretor da Faculdade de Ciências;

Professor Doutor Pedro Romano Martinez, Diretor da Faculdade de Direito;

Professora Doutora Matilde Duque da Fonseca e Castro, Diretora da Faculdade de Farmácia;

Professor Doutor Miguel Bénard da Costa Tamen, Diretor da Faculdade de Letras;

Professor Doutor Fausto J. Pinto, Diretor da Faculdade de Medicina;

Professor Doutor Luís Miguel Pires Lopes, Diretor da Faculdade de Medicina Dentária;

Professor Doutor Rui Manuel de Vasconcelos e Horta Caldeira, Presidente da Faculdade de Medicina Veterinária;

Professor Doutor José Alves Diniz, Presidente da Faculdade de Motricidade Humana;

Professor Doutor Luís Alberto Santos Curral, Diretor da Faculdade de Psicologia;

Professor Doutor Luís Miguel Carvalho, Diretor do Instituto de Educação;

Professora Doutora Maria Lucinda Fonseca, Presidente do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território;

Professora Doutora Amarilis Paula Alberti de Varennes, Presidente do Instituto Superior de Agronomia;

Professor Doutor Manuel Meirinho, Presidente do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas;

Professora Doutora Clara Patrícia Costa Raposo, Presidente do Instituto Superior de Economia e Gestão;

Professor Doutor Arlindo Manuel Limede de Oliveira, Presidente do Instituto Superior Técnico.

18 de julho de 2018. — O Reitor, *António Cruz Serra*.

311571152

#### Despacho n.º 8338/2018

#### Áreas disciplinares e áreas científicas do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa

1 — Considerando que, nos termos da alínea e) do artigo 26.º dos Estatutos da Universidade de Lisboa (ULisboa), alterados e republicados pelo Despacho Normativo n.º 1-A/2016, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 42, de 1 de março, o Reitor tem competência para superin-